



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS**



LEI Nº 2.418 - de 30 de Dezembro de 1993.

Dá nova redação à Lei nº 2.291/92.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOS HAMILTON BEHEREGARAY SANCHOTENE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA,

FAZ SABER, em cumprimento ao disposto no Art. 83, § 7º, da Lei Orgânica do Município, que o VEREADOR LOURIVAL ARAUJO GONÇALVES propôs e a Câmara Municipal de Uruguaiana DECRETA e PROMULGA a seguinte Lei :

Art. 1º A Lei nº 2.291/92, que “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”, passará a ter a seguinte redação:

**“ TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Para fins de atendimento da política dos Direitos da Criança e do Adolescente e normas gerais para a sua aplicação, segundo a Lei Federal nº 8.069, de 13.7.90, ficam criados, no Município de Uruguaiana, os seguintes órgãos:

1 - O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis;

2 - O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, órgão captador dos recursos públicos de origem Municipal, Estadual, Federal, Internacional bem como os de origem privada; e

3 - O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Uruguaiana será feito através das políticas básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar comunitária.

Art. 3º É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das Políticas Sociais Básicas do Município sem prévia manifestação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Uruguaiana, COMDICAU.

**TÍTULO II
DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

**CAPÍTULO I
DO COMDICAU**

**Seção I
DA NATUREZA E COMPETÊNCIA DO CONSELHO**

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Uruguaiana – COMDICAU – órgão deliberativo e controlador das ações, expedir normas para a organização e funcionamento de serviços que se fizerem necessários, tais como:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS**



I – Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e aplicação de recursos;

II – Planejar e coordenar a distribuição de recursos a serem aplicados em benefício das crianças e dos adolescentes, nos termos de suas próprias resoluções;

III – Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se encontrarem;

IV – Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do município, atinentes à assistência social em caráter supletivo, em tudo que se refira e possa afetar as condições de vida das crianças e adolescentes;

V – Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no município, que possa afetar as deliberações; e

VI – Registrar as entidades privadas e públicas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente que mantém programas de:

A – orientação e apoio sociofamiliar;

B – apoio socioeducativo em meio aberto;

C – colocação sociofamiliar;

D – abrigo;

E – liberdade assistida;

F – Semiliberdade; e

G – internação.

Fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do adolescente (ECA);

VII – Registrar os programas a que se refere o inciso anterior – das entidades governamentais que operem no município -, fazendo cumprir as normas constantes no mesmo Estatuto;

VIII – Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para nomeação e posse dos membros do Conselho Municipal ou Conselho Tutelar;

IX – Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regulamento, e declarar vago o posto por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei;

X – Elaborar o Plano de Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI – Definir, com os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, as dotações a serem destinadas à execução das políticas sociais e dos programas de atendimento à criança e ao adolescente.

XII – Exercer a fiscalização quanto à aplicação da dotação orçamentária estabelecida na legislação Federal, Estadual e Municipal;

XIII – Prestar assessoramento técnico às entidades que atuam junto à criança e ao adolescente e promover a divulgação de trabalhos;

XIV – Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em Regimento Interno, cadastro das entidades comunitárias de defesa ou de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, emitindo, se for o caso, certificados de atividades filantrópicas;

XV – Elaborar, aprovar e modificar o Regimento Interno, que deverá ser aprovado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros;

XVI – Manter serviço especial de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade, opressão, aos dependentes ou usuários de drogas e entorpecentes, deficientes, doentes mentais e superdotados;

XVII – Manter serviço de identificação e localização de pais ou responsáveis de crianças e adolescentes desaparecidos e ou abandonados; e

XVIII – Manter a proteção jurídico social aos que dela necessitarem por meio de entidade de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS**



Art. 5º O COMDICAU é composto por 16 (dezesseis) membros, sendo 8 (oito) representando entidades governamentais e outros 8 (oito) representando entidades não governamentais, a saber:

I – ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

A – Poder Executivo;
B – Poder Legislativo;
C – Delegacia de Educação;
D – Fundação Estadual de Bem Estar do Menor;
E – Polícia Civil;
F – Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social;
G – Centro Saúde; e
H – Brigada Militar.

II – ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

A – APAE
B – Entidades assistenciais protetoras dos direitos da criança e do adolescente;
C – Conselho dos Clubes de Mães de Uruguaiana;
D – Sociedade de Medicina de Uruguaiana;
E – Associação de Desenvolvimento Empresarial;
F – Subseção da OAB de Uruguaiana ;
G – Clubes de Serviços; e
H – Pastoral da Criança.

Sessão II

DO MANDATO DO CONSELHEIRO MUNICIPAL

Art. 6º O mandato dos membros do COMDICAU será de dois (2) anos, permitida sua recondução.

Art. 7º O COMDICAU elegerá entre seus pares, pelo quórum mínimo de 2/3 (dois terços) o seu Presidente e Vice-Presidente, representando cada um, indistintamente, instituições governamentais e não governamentais.

Parágrafo único – A cada exercício será observada a alternância dos cargos relativos à representatividade das organizações governamentais.

Art. 8º A ausência injustificada por três (3) reuniões consecutivas ou seis (6) intercaladas, no decurso do mandato, implicará na exclusão automática do conselheiro, cujo suplente passará à condição de titular.

Art. 9º As deliberações do COMDICAU serão tomadas por maioria simples, presentes 2/3 (dois terços) de seus membros, e formalizadas através de Resolução.

Art. 10. Os cargos em comissão do COMDICAU bem como as respectivas atribuições, serão definidos no Regimento Interno respeitando os princípios do Art. 6º desta Lei.

Art. 11. A função de membro do COMDICAU é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 12. É facultada a aquisição, pelo COMDICAU, de serviços municipais vinculados aos órgãos que o compõe, para oferecer apoio material, técnico e administrativo para o cumprimento de sua finalidade.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS**



**CAPÍTULO II
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Seção I
DA CRIAÇÃO, NATUREZA E COMPETÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL**

Art. 13. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do COMDICAU.

**Seção II
DA COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO NA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO**

Art. 14. Compete ao Poder Executivo na administração do Fundo Municipal :

- I – Administrar os recursos específicos para programa de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo resoluções do COMDICAU;
- II – Abrir conta única para o Fundo Municipal em estabelecimento oficial de crédito;
- III – Manter controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do COMDICAU;
- IV – Liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do COMDICAU; e
- V- Elaborar prestação de contas dos recursos destinados ao Fundo, através de balancetes mensais e balanço anual.

Parágrafo Único: O Poder Executivo será representado, para efeitos do cumprimento deste artigo, por uma Secretaria, cujo titular será o Administrador do Fundo.

Art. 15. O Fundo é constituído, basicamente, de recursos financeiros oriundos das seguintes fontes:

- A – Recursos provenientes de dotação orçamentária municipal;
- B – Doação de contribuintes do Imposto de Renda ou decorrentes de incentivos governamentais, respeitando o estabelecido no Art. 260, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- C – Doações, auxílios, contribuições de particulares, entidades nacionais e internacionais, governamentais ou não, voltadas para a defesa da criança e do adolescente;
- D – Multa decorrente de penas pecuniárias aplicadas por violações dos Direitos da Criança e do Adolescente, Art. 214 do ECA;
- E – Recursos transferidos de instituições federais, estaduais e outras;
- F – Produto das aplicações financeiras disponíveis e permitidas; e
- G – Produto de venda de materiais doados ao COMDICAU e de publicações e eventos que realizar.

Art. 16. Os recursos financeiros destinados ao Fundo através da Fazenda Municipal serão repassados:

- I - Os do Orçamento Municipal, em duodécimos, até o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao evento, sob pena de responsabilidade civil da autoridade infratora;
- II – Os demais recursos serão repassados ao Fundo no prazo de cinco (5) dias, a contar da data do depósito na Fazenda Municipal, sob pena de responsabilidade da autoridade infratora.

Parágrafo Único: A inobservância dos prazos estipulados neste artigo implicará a incidência de multa de 10% (dez por cento) do respectivo valor, além de juros e correção monetária com responsabilidade pessoal do infrator.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS**



**Seção III
DA COMPETÊNCIA DO COMDICAU NA GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL**

Art. 17. É competência do COMDICAU, na gestão do Fundo Municipal:

- I – Elaborar o Plano de Ação Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Plano de aplicação dos Recursos do Fundo Municipal;
- II – Estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos;
- III – Acompanhar e avaliar a execução, desempenho e recursos financeiros do Fundo;
- IV – Avaliar e aprovar os Balancetes Mensais e o Balanço Anual do Fundo;
- V – Solicitar a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle à avaliação das atividades a cargo do Fundo;
- VI – Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a eles transferidos em benefício da Criança e do Adolescente pelo Estado ou pela União, observadas as destinações específicas de cada um dos recursos;
- VII – Registrar os recursos captados pelo município através de convênio ou por doação ao Fundo;
- VIII – Fiscalizar os programas desenvolvidos com os recursos do Fundo;
- e
- IX – Mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações e do Fundo.

**CAPÍTULO III
DOS CONSELHOS TUTELARES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Seção I
DA CRIAÇÃO, NATUREZA E COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS**

Art. 18. Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, composto de cinco (5) membros, escolhidos pela comunidade, com mandato de três (3) anos, permitida uma reeleição.

Parágrafo Único – Para cada Conselheiro haverá dois (2) suplentes.

Art. 19. Caberá ao COMDICAU deliberar, em assembleia sobre a criação de novos Conselhos Tutelares, após verificação e apuração das necessidades peculiares do Município.

Art. 20. Compete ao Conselho Tutelar, como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, zelar pelo atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições definidas na Lei Federal nº 8.069.

Art. 21. A função do Conselheiro será considerada como serviço público relevante, implicando remuneração aos seus titulares, que será aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores, após proposta enviada pelo Poder Executivo.

Art. 22. Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 23. O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo, conforme Art. 135, do ECA.

Art. 24. As decisões do Conselho Tutelar só poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse, consoante Art. 137, do ECA.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS**



**Seção II
DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS**

Art. 25. Os conselheiros serão eleitos individualmente, em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos eleitores do Município.

Parágrafo Único: Serão considerados eleitos para os cargos de Conselheiros os cinco (5) candidatos mais votados, e como suplentes os dez (10) candidatos subsequentes, na ordem decrescente dos votos obtidos.

Art. 26. Para candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

- I – Reconhecida idoneidade moral;
- II – Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III – Residir no Município;
- IV – Ser referendado por uma entidade do Município que atue diretamente no atendimento à Crianças e ao Adolescente, nos termos do ECA, com registro no COMDICAU, conforme Art. 90, parágrafo único e Art. 91, da Lei 8.069/90; e
- V – Ter comprovada atuação permanente de, no mínimo, dois (2) anos no trato das questões da Criança e do Adolescente.

**Seção III
DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS**

Art. 27. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo Único: Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude em exercício na Comarca, Fórum Regional ou Distrital do Local.

**Seção IV
DAS PROIBIÇÕES OU PERDAS DE MANDATOS**

Art. 28. É defeso ao Conselheiro, implicando perda de mandato:

- I – Exercer ou concorrer a cargo eletivo;
- II – Receber a qualquer título, honorários no exercício de suas funções, exceto os previstos por esta lei;
- III – exercer advocacia na Comarca, no segmento dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV – Divulgar notícias e fatos que levem à identificação da Criança, do Adolescente ou sua família, salvo autorização judicial; e
- V – Ser condenado, por sentença irrecorrível, pela prática de crime doloso ou contravenção, naquilo que for incompatível com o cargo.

***Parágrafo Único:** A decretação da perda do mandato será efetuada pelo juiz da Infância e da Adolescência, assegurada ampla defesa do Conselheiro. (**Inconstitucional – adim 7001256643**)

Art. 29 – No prazo de quinze (15) dias da publicação desta lei, por convocação do Chefe do Executivo Municipal, os órgãos e organizações a que se refere o Art. 5º, reunir-se-ão para elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, ocasião em que elegerão o seu primeiro Presidente.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS**



Art. 30 – Revogada as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA, em 27 de dezembro de 1993.

Ver. HAMILTON BEHEREGARAY SANCHOTENE
Presidente

Art. 28 - ...

Parágrafo único: (Declarado inconstitucional – processo nº 7001256643 – protocolo nº 0208/2001)